

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UFRO)
CENTRO DE HERMENÊUTICA DO PRESENTE

PRIMEIRA VERSÃO

ANO VIII, Nº246 - OUTUBRO - PORTO VELHO, 2009.
VOLUME XXVI - SET/DEZ
ISSN 1517-5421

EDITOR
NILSON SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

ALBERTO LINS CALDAS - História - UFRO
CLODOMIR S. DE MORAIS - Sociologia - IATTERMUND
ARTUR MORETTI - Física - UFRO
CELSO FERRAREZI - Letras - UFRO
HEINZ DIETER HEIDEMANN - Geografia - USP
JOSÉ C. SEBE BOM MEIHY - História - USP
MARIO COZZUOL - Biologia - PUC-RGS
MIGUEL NENEVÉ - Letras - UFRO
ROMUALDO DIAS - Educação - UNICAMP
VALDEMIR MIOTELLO - Filosofia - UFSC

Os textos no mínimo 3 laudas, tamanho de folha A4, fonte Times New Roman 11, espaço 1.5, formatados em "Word for Windows" deverão ser encaminhados para e-mail:

nilson@unir.br

CAIXA POSTAL 775
CEP: 78.900-970 PORTO VELHO-RO

TIRAGEM 200 EXEMPLARES
EDITORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PRIMEIRA VERSÃO

ISSN 1517-5421

lathé biosa

246



O uso da narrativa no ensino de filosofia

Dalva Aparecida Garcia



Uma filosofia concreta não é uma filosofia feliz. Seria preciso que se mantivesse junto da experiência e que, contudo, não se limitasse ao empírico, que restituísse em cada experiência a cifra ontológica que anteriormente a marca. Por muito difícil que seja, nestas condições, imaginar o futuro da filosofia, duas coisas parecem seguras: nunca mais voltará ela a encontrar a convicção de, com seus conceitos, deter as chaves da natureza ou da história, e, ainda, não renunciará ao seu radicalismo, a esta procura dos pressupostos e dos fundamentos que produziu as grandes filosofias. Tanto menos se renunciará a isso, durante o tempo em que os sistemas perdiam seu crédito, as técnicas ultrapassaram a si próprias e reclamavam a filosofia. Nunca como hoje o saber científico transformou seu próprio à priori. Nunca a literatura foi tão filosófica quanto no século XX, refletiu tanto sobre a linguagem, sobre a verdade, sobre o sentido do ato de escrever. Nunca, como hoje, a vida política mostrou suas raízes ou a sua trama, contestou suas próprias certezas... Ainda que os filósofos esmorecessem, estariam os outros presentes para nos chamar de novo à filosofia. A menos que esta inquietação a si mesma se devore, pode-se esperar muito de um tempo que não crê mais na filosofia triunfante, mas que, pelas suas dificuldades, é um apelo permanente ao rigor, à crítica, à universalidade, à filosofia militante” (MERLEAU PONTY in SINAIS)

O PROBLEMA

Os professores envolvidos com o Ensino de Filosofia para jovens refutam a tese da impotência da filosofia frente às rápidas transformações que atingem a escola neste início de século. Entende-se o filosofar como esforço da construção dos valores humanos para conhecer e reconhecer, destruir e recriar os múltiplos significados da cultura e do conhecimento. Neste contexto, alimentamos o sonho de retirar a filosofia das Instituições Acadêmicas para colocá-la no espaço que até então estava reservado à informação dos produtos das ciências. A escola como espaço de informação e aprendizagem se vê diante de um desafio: compreender o sentido de uma prática reflexiva distante de respostas únicas. Por outro lado, o professor de filosofia se vê diante de uma árdua empreitada: transformar o esforço da reflexão presente na história do pensamento em investigação viva, instigante, que revê e cria novos significados no cotidiano do aluno e da escola.

Da experiência de cerca de 14 anos como professora de filosofia no Ensino Médio, tanto na rede pública como em escolas particulares, que emerge uma questão: Como iniciar esse processo? Se perseguirmos o raciocínio de Marilena Chauí em seu “Convite à Filosofia”, poderíamos afirmar que a filosofia requer uma “atitude filosófica”, que começa quando nos espantamos com o mundo que nos cerca. Essa atitude consiste no questionamento das evidências do cotidiano, ou seja, requer um certo distanciamento do “óbvio” para que seja possível a problematização, a suspensão provisória dos juízos e a análise profunda dos princípios que cercam nossas certezas. Todavia, em um contexto de transformações meteóricas nada mais espanta, vive-se a primazia dos fatos, das informações que se aglomeram e se perdem com assustadora rapidez. O que era importante ontem, hoje perde o valor, o que era enigma torna-se evidência. Como se distanciar de um universo de valores que é impossível vislumbrar?

Somada as características de nosso tempo com a ação intempestiva, característica da juventude e da adolescência, podemos afirmar que uma das principais dificuldades para os professores é provocar o estranhamento de um mundo que tão de estranho passa a ser evidente.

Habitados a um universo fragmentado, a uma visão de mundo utilitarista e imediatista, os adolescentes encontram-se a margem dos procedimentos do filosofar, tais como: a capacidade de abstração, de contemplação, de análise e síntese, de reflexão radical.

Um dos grandes desafios do professor de filosofia é buscar caminhos para que seja possível provocar um deslocamento que permita o questionamento das evidências e inaugure um trabalho de problematização e investigação filosófica. Como na prática educativa apontar e fornecer subsídios para a construção desse caminho?

Comumente acredita-se que ao se colocar as temáticas filosóficas no universo de formação dos adolescentes já se está, de alguma forma, aproximando os alunos do filosofar. Afinal, séculos e séculos de trabalhos sistematizados acerca das indagações humanas não poderiam ser infrutíferos. Desta forma, apresenta-se temas e construções teóricas que pouco ou nada significam para os jovens. Em nome do pressuposto que o distanciamento do senso comum é necessário ao filosofar, acabamos distanciando o aluno da própria filosofia. Por outro lado, em nome da aproximação dos alunos da filosofia temos que cuidar para não instaurar na sala de aula um debate vazio sobre opiniões e crenças infundadas. O risco dessa ação pedagógica é o de termos o senso comum institucionalizado e legitimado com o nome de “filosofia”.

Ora, se verdadeiramente consideramos a filosofia importante na formação e entendemos seu valor educacional como esforço de reflexão crítica do conhecimento e dos valores, não podemos nos distanciar dos valores e conhecimentos presentes na cultura e nos elementos constitutivos do imaginário destes jovens. Neste sentido, é preciso abrir espaço para a análise de um suposto caminho de mediação na prática pedagógica. Ainda mais porque a suposta “descentralização pedagógica” e a “recomendação do ensino de filosofia” pela própria LDB vêm permitindo que a filosofia seja reintroduzida nas escolas.

Porém, antes de buscarmos preconizar o ensino de filosofia como necessidade nesses nossos tempos e travarmos uma nova luta pela sua obrigatoriedade nos currículos de Ensino Médio e Fundamental é necessário nos perguntarmos sobre o papel educacional da Filosofia. Essa discussão iniciada em meados de 1976, aponta para alguns instigantes caminhos que vão desde o questionamento político frente às novas diretrizes das Reformas Educacionais até o enfrentamento das questões relacionadas ao conteúdo que se deve ensinar e à formação de profissionais competentes: Devem dar aulas de filosofia licenciados em Filosofia ou não? Poderia estar o ensino de filosofia nas mãos do pedagogo? Deve-se privilegiar a história da filosofia como centro de um conteúdo programático ou como referência para a análise contextualizada de temas e problemas? Devemos inserir o aluno no universo árido da análise conceitual dos textos filosóficos ou devemos partir do esforço de interpretação da realidade vivida? É relevante o conhecimento dos sistemas filosóficos que se erigiram em toda a história do pensamento ou podemos fazer recortes desse universo? Se podemos, quais os critérios que usaríamos neste recortes?

Há quase duas décadas profissionais envolvidos com o Ensino da Filosofia, assim como pesquisadores preocupados com compromisso educacional da Filosofia abordam essas e outras questões. Todavia, neste caldeirão de idéias, críticas, concepções e até propostas é negligenciada uma das mais complexas questões: a questão de um método para introduzir jovens e crianças no universo do Filosofar e da Filosofia, o estudo de um caminho capaz de conciliar o esforço sistemático de construção teórica com os procedimentos do filosofar. Nos perguntamos freqüentemente: Filosofia ou Filosofar com crianças e jovens? Por trás de toda a discussão que marca, nestas duas últimas décadas, a reintrodução da filosofia no currículo do Ensino Médio e, recentemente, a introdução no Ensino Fundamental revela-se um dualismo entre conteúdo e forma, entre teoria e prática. Apesar das críticas e da análise de diferentes propostas que despontam no meio educacional quase como uma avalanche de modismos, nos colocamos à margem de um estudo rigoroso para um caminho de superação. Nos colocamos à margem, talvez por acreditarmos que a questão de um método educacional esteja nas mãos dos pedagogos, se bem que negamos a eles a competência de ensinar filosofia; talvez porque apesar de todas as transformações que ocorreram desde a passagem da consciência mítica à consciência filosófica na Grécia Antiga ainda nos colocamos no papel de observadores atentos do que ocorre a nossa volta, de *theoros*... A filosofia nas escolas nos exige agora uma outra postura, um novo desafio se não quisermos contemplar sua banalização para depois escrevermos sistematicamente e com rigor um tratado sobre seu fracasso: a filosofia nas escolas nos exige a busca de uma ação educacional, o estudo de metodologias que garantam seu sentido e significado.

Da reflexão do contexto acima exposto que se constrói as teias deste texto, na busca de um caminho que permita a conciliação entre a teoria filosófica e a prática do filosofar. É da inquietação oriunda da prática com o ensino de Filosofia para alunos de Ensino Médio que se pergunta sobre o papel da Narrativa no Ensino de Filosofia e sobre as aproximações entre literatura e filosofia. O sucesso avassalador do texto “O mundo de Sofia” de Jostein Gaarden, publicado pela Ed. Companhia das Letras, “As novelas filosóficas” que compõem o “Programa de Filosofia para Crianças” de Matthew Lipman nos remetem a necessidade de análise da narrativa enquanto um dos recursos metodológicos para o ensino de filosofia.

No entanto, antes de tratar propriamente do problema que pretendo abordar, julgo pertinente localizá-lo no cenário de indefinições que configura o ensino de filosofia no Ensino Médio.

Marcada pelo fracasso do ensino técnico-profissionalizante, a reintrodução da filosofia nos currículos do Ensino Médio, no início da década de 80, trazia em seu bojo a retomada da crença em uma educação revolucionária, capaz de romper as amarras e marcas da ditadura que afastaram o aluno da crítica, do esforço de construção teórica autônoma, da prática do diálogo e da argumentação. Essa empolgação logo se diluí quando se constata que as marcas do tecnicismo eram bem mais profundas do que se imaginava. A filosofia não poderia se configurar como salvadora de um cenário educacional no mínimo desolador. Acrescenta-se a este cenário uma espécie de indefinição dos objetivos do Ensino Médio: Se não se trata mais de um ensino com o objetivo de inserir jovens no mercado de trabalho, qual sua função? A resposta oferecida pelo MEC é que o Ensino Médio deveria oferecer aos estudantes

“uma formação geral”. Assim, num currículo de generalidades haveria lugar para filosofia como parcela significativa e importante do acervo cultural da humanidade: filosofia para cidadania é assim que se configura o papel da filosofia no Ensino Médio. No início da década de 80, nos entraves da redemocratização, a cidadania e a filosofia, é claro, ficariam como “questões optativas” .

As indefinições sobre os objetivos do Ensino Médio e o papel da filosofia nos currículos se estende ao longo dessas duas décadas. A Lei 9394/96 parece tentar solucionar o impasse: o ensino deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, deverá superar o dualismo entre teoria e prática, conciliar formação humanista e uso de tecnologias. O foco é aprender a aprender, ou seja, oferecer condições para continuidade do processo de aprendizagem, seja ele dentro ou fora das Instituições Educacionais; daí a ênfase no desenvolvimento de competências e habilidades. Qual o papel da filosofia neste novo contexto? A LDB, em seu artigo 36, §1, afirma que os educandos devem demonstrar domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania. Quais seriam os conhecimentos necessários a esse fim? A que modelo de cidadania se refere o texto?

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio apontam para três dimensões do conceito de cidadania: estética, ética e política. Estética no sentido do exercício da sensibilidade; ética no sentido de construção da identidade autônoma e política, visando a participação democrática através do acesso a bens culturais e naturais. O conceito de cidadania é formulado na esfera ideal e caberá à escola aproximá-lo do real. É, neste contexto, que a Filosofia entra desenvolvendo algumas competências e habilidades.

Examinemos algumas dessas competências e habilidades, assim como os procedimentos indicados pelo texto dos Parâmetros:

- Ler textos filosóficos de modo significativo:

- Fazer o estudante aceder a uma competência discursivo-filosófica, ou seja, tornar evidente a conexão interna entre conteúdo e método;
- Exercitar a capacidade de problematização, isto é, apropriar-se reflexivamente do conteúdo;
- Tematizar e criticar, de modo rigoroso, conceitos, proposições e argumentos, valores e normas, expressões subjetivas e estruturas formais;
- Apropriar-se de quadro referencial a partir de conceitos, temas, problemas e métodos conforme elaborados a partir da própria tradição filosófica.

Mas como o fazê-lo? Quais conteúdos escolher? Após considerações sobre as possíveis formas de se construir o conteúdo, seja por temáticas, sistemas ou autores, o texto alerta:

Deve-se ter critérios muito claros na escolha que se fizer deles para o cotidiano pedagógico. Um deles, talvez o mais influente, será o ponto de vista filosófico do professor, conjugado à sua formação cultural”. Ainda no mesmo texto pode-se ler: “Considerando o critério da realidade do aluno, acredita-se que, num país de baixa literatação, como é o nosso caso, uma disciplina com o grau de abstração e contextualização conceptual e histórica, como ocorre com a Filosofia, supõe que a opção do curso que for feita deve corresponder um cuidado redobrado com respeito às metodologias e materiais didáticos, levando em conta o que é necessário para introduzir os alunos significativamente no Filosofar. (PNCEM)

Mas quais são os materiais e metodologias capazes de auxiliar o professor a cumprir essa tarefa? Seria um bom critério a escolha pautada pela formação cultural do professor? Estaria o professor de filosofia alheio aos problemas “de um país de baixa literatação”?

Sem a busca e estudo sistemático de metodologias e materiais, seria possível atingir o desenvolvimento das demais competências e habilidades, como pressupõe o texto dos Parâmetros?

Revisitando a prática do ensino de filosofia na sala de aula

(...) Enfim Micrômegas disse

- Já que sabeis tão bem o que está fora de vós, sem dúvida sabereis melhor o que está dentro de vós. Dizei-me o que é vossa alma, e de que modo formais vossas idéias?.
- Os filósofos falaram todos ao mesmo tempo, como antes.

Mas cada um tinha uma opinião diferente. O mais velho citava Aristóteles, outro pronunciava o nome de Descartes, este o de Malebranche, o outro o de Leibniz, outro ainda o de Locke. Um velho peripatético disse alto, com toda a confiança:

- A alma é uma enteléquia e uma razão pelo qual tem o poder de ser o que é. É o que declara expressamente Aristóteles, página 633 da edição do Louvre.- Não entendo bem o grego – disse o gigante.
- Eu também não- disse a traça filosófica.
- Por que então- retomou o siriano- citais um certo Aristóteles em grego?
- É que é bom citar o que não se compreende na língua que menos se entende – replicou o sábio.
- O cartesiano tomou a palavra e disse:
- A alma é espírito puro, que recebeu, no ventre da mãe, todas as idéias metafísicas, e que, ao sair de lá, é obrigada a ir à escola e aprender de novo o que sempre soube tão bem e que nunca mais saberá.
- Então não vale a pena que a alma seja tão sábia no ventre da mãe, para ficar tão ignorante quando tiver barba na cara- respondeu o animal de oito léguas. – Mas o que é que entendeis por espírito?
- O que é que estais me perguntando? Não tenho a mínima idéia do que seja – disse o raciocinador.
- Dizem que o espírito não é a matéria (...)

(VOLTAIRE, 1997)

O pequeno trecho acima, extraído de um dos contos do filósofo iluminista Voltaire, aponta para uma interessante forma que o autor encontra para questionar as finalidades da filosofia e dos dogmatismos filosóficos. Por outro lado, lança alguns elementos para pensarmos o próprio ensino da filosofia e nossa concepção do filosofar como estudo analítico de sistemas e teorias sistematizadas ao longo da história. Todavia, antes de iniciarmos essa reflexão, seria pertinente oferecer uma síntese do instigante trabalho de Voltaire no conto.

O personagem Micrômegas é um extraterrestre de estatura gigantesca que chega ao minúsculo globo terrestre, vindo da estrela Sírius, em companhia de um Saturniano. Micrômegas é ser de espírito culto, não apenas por saber muitas coisas, mas também por ter inventado tantas outras. Quando saiu da infância, com cerca de 450 anos, o gigante envolveu-se em conflitos graças a uma pesquisa sobre a forma substancial das pulgas e pôs-se a viajar de planeta em planeta com o objetivo de formar o espírito e coração. Em seu encontro com o habitante de Saturno, secretário da academia, Micrômegas estabelece um interesse diálogo acerca dos limites do conhecimento e após trocarem informações do pouco que sabiam e do muito que não sabiam, resolveram empreender uma viagem filosófica. Como gigante que é, Micrômegas não tem apenas cinco sentidos, mal mil. Enquanto seu amigo Saturniano tem apenas 72 sentidos. Acidentalmente os dois viajantes chegam à Terra convictos que, dadas as irregularidades de construção do globo, ali não poderia existir vida inteligente Mas o gigante depara-se com alguns homens em um navio em pleno oceano e os coloca na palma da mão. As partículas minúsculas que falam são filósofos e iniciam uma conversa com o gigante a fim de demonstrar sua pretensa sabedoria. Todos falam ao mesmo tempo e iniciam uma disputa acirrada que provoca os risos do gigante, afinal como seres tão infinitamente pequenos podem alimentar orgulho e pretensão tão grandes? Com dó daqueles seres, o gigante promete entregar a seus interlocutores um livro, em letras bem miúdas, com a resposta da finalidade de todas as coisas. Os filósofos levam o livro à Academia e em abertura solene descobrem que o livro está inteiramente em branco.

Como podemos interpretar o conto de Voltaire? Ironia, sarcasmo ou descrença na filosofia?

Podemos encontrar algumas chaves de interpretação da narrativa na própria obra de Voltaire, inserindo-a no contexto de sua produção e ação históricas. A idéia de uma razão crítica tem na história a sua arma para lutar contra a intolerância e para fazer do filosofia ação capaz de mudar a história. Crítico ferrenho dos grandes sistemas filosóficos, Voltaire se nega a construir o seu, antes coloca todos sobre o crivo da razão.

Neste sentido os contos de Voltaire são fascinantes. Revela-se um encontro entre conteúdo e forma, pois se os grandes sistemas filosóficos foram edificados por uma cadeia de argumentos dedutivos e indutivos, a crítica aos sistemas empresta da literatura a forma da narrativa para revelar o absurdo de um enredo que pretende se colocar para além do tempo vivido e da história. Afirma Maria das Graças Nascimento e Silva:

“Os personagens dos contos de Voltaire são, quase sempre viajantes. Viaja o gigante espacial Micrômegas, “de planeta em planeta, para acabar de formar o espírito e o coração”, até que vem dar na nossa Terra que, para ele, por causa da pequenez, parece mais um formigueiro. Viaja também o herói Cândido, em sua incrível peregrinação pelas mais diversas regiões do mundo, em busca da amada Cunegundes. Viaja por fim o ingênuo huroniano semi-selvagem, tentando compreender as loucuras dos europeus. (...) A aventura de descobrir o mundo até os confins traz à luz uma série de elementos para a reflexão. Viajar permite comparar, opor, duvidar e chegar ao sentimento de que as coisas são, no final das contas, relativas. Dessa aventura pode resultar uma visão de mundo diferente daquela que teríamos sem sair do mesmo lugar. Os personagens de Voltaire nos conduzem a mundo de surpresas, a fatos inesperados, às vezes maravilhosos, às vezes grotescos. Que visões do mundo e das coisas ele quer revelar ao leitor? (NASCIMENTO, 1993)

A aventura da viagem implica na possibilidade de perder-se, por isso em sua Teoria do Romance, Lukács ao analisar a epopéia grega afirma:

Ao sair em busca de aventuras e vencê-las, a alma desconhece o real tormento da procura e o real perigo da descoberta, e jamais põe a si mesma em jogo; ela ainda não sabe que pode perder-se e nunca imagina que terá que buscar-se. (LUKÁCS,2003)

Acerca da filosofia, Lukács entende representar esta uma cisão entre o interior e o exterior, um índice da diferença essencial entre o eu e o mundo, da incogruência entre a alma e ação. Neste sentido, a filosofia grega não se distancia da epópeia. Afirma Lukács que nos tempos da filosofia grega, todos os homens são filósofos, depositários do objetivo utópico de toda a filosofia:

O grego conhece somente respostas, mas nenhuma pergunta, somente soluções (mesmo que enigmáticas), mas nenhum enigma, somente formas, mas nenhum caos. (...) Por isso, a conduta do espírito nessa pátria é acolhimento passivo- visionário de um sentido prontamente existente. O mundo do sentido é palpável e abarcável com a vista, basta encontrar nele o *locus* destinado ao individual. O erro, aqui, é questão somente de falta ou excesso, de uma falha de medida ou de percepção. Pois saber é alçar véus opacos; criar, apenas copiar as essencialidades visíveis e eternas; virtude, um conhecimento perfeito dos caminhos; e o que é estranho aos sentidos decorre somente da excessiva distância em relação ao sentido. (Idem)

Longe da certeza de sair e voltar, da sensação de viajar mantendo a sensação de sempre sentir-se em casa, tanto a filosofia quanto a literatura moderna, nos propõe a aventura de perde-se, de ultrapassar fronteiras em que os limites não são prontamente demarcados. Resta-nos saber, enquanto professores de filosofia, se queremos enfrentar esses perigos ou se consideramos a filosofia e seu ensino como afirma Novalis: “*Filosofia é na verdade nostalgia, o impulso de sentir-se em casa em toda a parte*”

Por hora, creio que o conto de Voltaire poderia nos introduzir na reflexão que se pretende abordar neste texto, ou seja, a reflexão sobre as “filosofias” e as finalidades de seu ensino e de sua prática em sala de aula, por meio de algumas metáforas que poderiam se configurar como visões caricatas da problemática que envolve o ensino de filosofia.

É claro que esta empreitada nos oferece riscos. Riscos dos reducionismos próprios das caricaturas, mas para ser coerente com a proposta de ultrapassar fronteiras entre o literário e filosófico, partirei das múltiplas leituras que nos oferece o conto de Voltaire para tentar reescrevê-lo à luz das inquietações que extrapolam o tempo e o espaço que lhe deram origem, enfim, para torná-lo presente no agora de nossa situação problemática. De qualquer forma, é preciso admitir que, algumas vezes, as caracterizações na filosofia podem ser mais arriscadas que as caricaturas.

Diria que alguns educadores se vêem como os filósofos do conto de Voltaire e encerram a discussão na citação de obras e autores. A filosofia seria portadora de um saber que só seria alcançado através do pleno domínio de sua linguagem. Quem a ensina, portanto, deveria introduzir o aprendiz em um universo de conceitos e argumentações construído ao longo de sua história. Considerando-se que essa não é uma tarefa que poderia ser realizada em curso introdutório, tal como se configura no Ensino Médio, a filosofia só poderia ser tarefa de filósofos. Caso contrário, se constituiria em “coisa que não se compreende em língua que menos se entende”.

Outros, como o gigante do conto, tomam os pequenos nas palmas da mão e se deliciam com sua ignorância. Trata-se da posição de quem é detentor de algum tipo de saber e que, benevolentemente, se compraz daqueles que pensam que sabem. Seria, portanto, preciso oferecer-lhes a promessa do saber enquanto autoridade, mesmo que sem nenhuma linha traçada. Pelo menos duas possibilidades poderiam ser extraídas desta posição:

A primeira, que geralmente nos faz retomar a atividade socrática como metáfora da própria filosofia, é a de que a finalidade do ensino de filosofia estaria em destruir as certezas, ou melhor, as falsas certezas. A ironia socrática cumpriria a missão de quem pergunta para constatar a ignorância de quem não pode responder. Essa postura, se por um lado contém o gérmen da crítica, por outro, nos remete à crença na existência de uma verdade que estaria nas mãos de poucos capazes de reconhecê-la e ler aquilo que ninguém pode ver. Sendo assim, o professor de filosofia seria o guia dos cegos até que eles pudessem enxergar.

A segunda possibilidade é entender a filosofia como exercício de puro questionamento, o lugar dos “porquês”. Ainda aqui, a finalidade da filosofia seria a de demolidora de certezas, não das certezas mais imediatas ou inconsistentes, mas de tudo que esteja estabelecido. O professor de filosofia seria aquele sabe questionar, questiona a existência de Deus, as possíveis evidências das percepções e dos sentidos, pois acredita ser o filósofo aquele que pergunta mas não responde. Não há nada escrito no livro, portanto nada vale, tudo pode.

Há ainda aqueles que abrem os livros e que inconformados com os espaços vazios, interpretam o vazio à luz de algum sistema. Para estes a filosofia estaria sempre pronta a arranjar o desarranjado, basta-lhe um procedimento seguro. Só não vê aquele que ainda não domina as ferramentas da visão. Se apropriar das ferramentas adequadas para ler o livro do mundo e ensinar a utilizá-las com precisão constituiria a tarefa do professor de filosofia. Pouco importa o conteúdo ou se há conteúdo, a filosofia seria, em seu fazer, exercício intelectual.

Mas há ainda uma outra maneira de ler o conto de Voltaire e essa me parece promissora para pensarmos as finalidades da filosofia no Ensino Médio. Seria a de entender a filosofia como livro aberto para cravarmos os sinais e os significados na ação e no exercício de interpretação e reinterpretação que envolve as questões do presente à luz de certas tradições filosóficas. Se esse for o objetivo da filosofia e de seu ensino, seria o texto filosófico o instrumento mais adequado para introduzir o aluno na aventura do perder-se de si para buscar reencontrar-se?

Tentando buscar indícios para responder esta questão, façamos um pequeno passeio pela prática da filosofia em sala de aula tomando emprestado alguns depoimentos extraídos do trabalho de pesquisa de Maria Helena Prado Maddalena “Lecionar filosofia uma prática em Debate: um estudo de caso do ensino de filosofia nas Escolas Estaduais de Ensino Médio de Mogi das Cruzes”(MADDALENA, 2001) Embora várias questões elaboradas em entrevistas com professores do ensino médio nos interesse, nos limitaremos a duas: “O que é filosofia para você? Qual metodologia é usada nas aulas?”

Primeira Questão : O que é filosofia para você ou o que espera das aulas de filosofia?

Professor I

A filosofia é a busca do conhecimento, a busca de respostas, a busca da sabedoria, a busca de acertar. Seria mais ou menos isso... a busca de acertar. Com todos os erros que acontecem na vida, mas estamos em busca de fazer os erros o menos mal, o mais certo.

Professor II

Olha, eu tenho uma expectativa... eu gostaria muito de levar o aluno, um pouquinho, ao raciocínio abstrato; não consegue abstrair-se nada. Terceiro colegial eles não conseguem tirar uma reflexão de um filme, de uma música..., eu pelo pouco tempo que tenho de uma aula, faço um debate para poder ver as coisas na sociedade, tentar refletir, que as coisas que estão aí nem sempre são aquilo que está sendo apresentado, mas existe algo por trás que a gente tem que descobrir. Eu sonho muito com a filosofia, inclusive com a filosofia individual, enquanto filosofia clínica.

Professor III

A filosofia é uma forma de conhecimento. O que eu tenho passado aos alunos é que a reflexão contribui para ciência, porque a ciência analisa de uma forma e a filosofia de outra, porque a filosofia não está presa a um só aspecto - ela analisa os fatos em seus vários aspectos. A reflexão é importante para todo o mundo; então, todos nós temos que filosofar. Nós todos temos que ser filósofos no sentido de estar sempre refletindo, pensando.

Professor IV

A concepção que eu tenho de filosofia, enquanto disciplina para o ensino médio, ela tem a funcionalidade de estruturar outras disciplinas. A filosofia faz a análise de todas as ciências, sempre no ponto de vista filosófico. Neste sentido, a filosofia é extremamente importante, porque ela vai dar uma totalidade diferente para a ciência, das visões que se tem em relação à ciência e das visões que a maioria dos professores têm em relação às suas próprias disciplinas. Então a filosofia vai

despertar um senso crítico-filosófico nos alunos, para que eles possam enxergar as diversas disciplinas que assistem de forma diferente, para que não sejam conduzidos a terem uma visão apenas unilateral das ciências.

Professor V

Para mim é tudo. Ela está vinculada a todas as áreas de nossa vida, em todas as disciplinas, em toda a parte. Tem quem pense que a filosofia é uma coisa assim sofisticada, um “bicho de sete cabeças. Antigamente havia essa idéia, até um tempo atrás, de que a filosofia era coisa para elite, mas não é. Ela está em tudo, tudo o que se faz, se usa a filosofia.

Professor VI

É primordial, é fundamental. É justamente a filosofia que vai trazer novamente à tona os valores que estão perdidos. É justamente este o papel da filosofia; num momento de crise, num momento que o senso comum não consegue responder mais nada, entra a filosofia. Ela foi desprezada muito tempo, não lhe deram a devida atenção; professor de filosofia no Estado não tem capacitação, não tem um cursinho, não tem nenhuma palestra para se inteirar. Eu acho isso um horror, um descaso muito grande, porque eles ficam com medo de que o aluno faça greve, mas isso não é verdade. A filosofia ensina a criticar, mas de uma maneira racional, de uma maneira organizada, que não tende à baderna. Eles não tem que ficar com medo disso.

Professor VII

Particularmente, eu gosto muito. Eu sou realizada; acho muito importante, na atualidade abrir a mente dos jovens, apesar da apatia dos jovens, que não gostam de pensar. Eles acham que a filosofia não serve para nada, não cai no vestibular. Eu acho que o ser humano, a própria sociedade, preparou o homem para ter, não para ser. Tudo visa a utilidade, o para que serve, o que eu vou ganhar com isso, e não o que eu vou ser, o que vai me enriquecer em termos de pessoa, de ser humano. Infelizmente, é isso que está faltando na cabecinha deles; eles estão muito na visão capitalista, do ter, e estão deixando o lado do ser.

Nos diversos depoimentos acerca do que é filosofia ou da finalidade de seu ensino é fácil observar que permanece a crença de um certo poder redentor da filosofia, seja enquanto conhecimento que se opõe ao cientificismo, seja enquanto forma de se recuperar valores esquecidos, ou mesmo enquanto crítica do capitalismo e da sociedade de consumo. A filosofia como exercício de abstração e análise crítica caracteriza o processo do filosofar, embora algumas expressões utilizadas mereçam atenção, pois revelam ser esses procedimentos essenciais da filosofia que precisam ser acordados ou despertados no aluno quase que de forma espontaneísta: “Eles não conseguem *tirar uma reflexão* de um filme...” - “*A filosofia vai dar uma totalidade* diferente às ciências” – “todos nós temos que ser filósofos no sentido de estar pensando refletindo” – “*A filosofia vai trazer à tona os valores que estão perdidos*” – “Acho importante(...) *abrir a mente* dos jovens.”
Vejam os meios ou caminhos escolhidos para atingir tais objetivos:

Professor I

No primeiro ano eu sentia muita dificuldade, durante os primeiros seis meses, porque quando eu sai da faculdade, às vezes eu queria passar a filosofia como era na faculdade, mas a gente vê que no segundo grau é completamente diferente. Você tem que colocar o aluno no contexto definindo o que é a filosofia... Olha a metodologia, geralmente é a aula expositiva, discussões, debates, sem dar respostas prontas, mas fazendo com que cada um dê sua opinião e pergunte o “porquê” das coisas. Sempre falando, às vezes com filmes, colocando situações que a gente vive. Por exemplo, um dos filmes que eu trabalhei com a questão das emoções, da razão, da intuição, que foi um filme novo, “O sexto sentido”. Então deu para trabalhar com um lado intuitivo. Para mostrar que quando as coisas acontecem, acontecem sempre em cima de causa e efeito. Então eu identifiquei esse nome técnico com os alunos – causa e efeito- que para eles é muito novo. Não é um acontecimento traz outro- nada vêm do além- então tento sempre colocar coisas que chamem atenção e aproveito o interesse deles naquilo que eles colocam com certa evidência.

Professor II

Normalmente eu adoto alguns livros básicos para o meu trabalho, “Um outro olhar”, que eu gosto muito, da Sônia Maria Ribeiro de Souza. “O filosofando”, “O mundo de Sofia”, e um outro, muito interativo, da Angélica Sátiro e Mirian Wuensch. Esse livro deveria estar na mão de todos os alunos, pelas atividades... é difícil estar usando, porque você acaba tendo que passar muita coisa na lousa, com uma aula...

Professor III

Olha, eu tenho feito mais aula expositiva, isso devido à dificuldade que os alunos têm para interpretar, para ler, escrever – nos terceiros anos a gente encontra erros bárbaros: que eu vou fazer? Dá desânimo

Professor IV

Eu trabalho com temas, no meu planejamento eu tenho temas que eu trabalho no bimestre. Por exemplo no primeiro bimestre eu trabalho com a cultura- abordo as questões do desenvolvimento da própria antropologia, da antropologia filosófica, da antropologia cultural, e aí, bem no início, a questão da relação linguagem com o conhecimento, o desenvolvimento do processo, como se processou a própria abstração... Eu pego Gramsci, pego Marx, faço a análise do pensamento político, econômico, para que eles possam entender o que se passa hoje, sempre fazendo uma análise histórica. Há uma necessidade...as aulas do terceiro ano permitem a você abordar a questão histórica, contextualizar, porque há uma dificuldade tremenda no conhecimento da história, não há bagagem de história, a não ser o conhecimento mais comum e superficial que todos tem. Não uso livro-texto, eu uso aí uma miscelânea...a gente que já tem uma certa experiência, nunca usa um referencial só. Nem sempre textos de filosofia; são artigos de jornal do Gilberto Dimenstein, do Marcelo Coelho, da Marilena Felinto, que são textos interessantes. Esses são mais textos de jornais, e eu trabalho com outros textos, também. Tem uma revistinha muito interessante, produzida em Porto Alegre, se chama Mundo Jovem. É uma revista produzida pela Pastoral da Juventude Operária da Igreja Católica, em que eles produzem essa revista é muito interessante; então

you have ali... a própria revista dá trabalhar com os alunos. Então tem várias temáticas, separadas em textos. A própria revista nem grampeada é, que é para você destacar para poder trabalhar. Então tem aspectos assim: filosofia – e aí tem uma análise, tem questões, muito interessante esta revista...

Professor V

Olha, para eu trabalhar em sala de aula, é muito difícil. Eu trabalho com dois livros- eu gosto de trabalhar com apostilas, porque os livros eles (os alunos) falam que não podem comprar, então eu tiro xerox para eles. Os livros são “Temas de Filosofia” de Maria Lúcia Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins e “Um outro olhar” de Sonia Maria Ribeiro de Souza. Esse livro é muito bom, os alunos gostam dele porque ele traz poesia, traz música, coisas que estão mais perto deles. São temas atuais, não tem aquela coisa do passado, que eram mais textos que eles tinham que pegar em outras fontes. Aí não, tem quase tudo que é da realidade deles – jornais, revistas, cita algumas coisas que estão ao acesso deles. Entre o trabalho com temas e capítulos, trabalho com capítulos que abordam vários temas. Por exemplo: agora eu estou trabalhando com o mito. Eu já trabalhei dois capítulos. O primeiro – Filosofia, processo e produto – e – O homem, quem é ele, afinal – o terceiro – Mito- religião e Filosofia, que estou trabalhando agora.

Professor VI

Eu estou buscando; montei o programa com capítulos do livro. Estou buscando uma definição melhor. Dentro dos capítulos do livro vou trabalhando dia a dia; trato dos acontecimentos atuais, vou usar vídeos da TV Cultura. É tudo uma novidade, são tentativas.

Professor VII

Eu faço o Programa, inclusive eu era sozinha aqui, me reunia com os professores de sociologia, para ver se os temas não se repetiam muito, conseguindo fazer um trabalho que não ficasse tão repetitivo para o aluno... Enfim a gente faz um programa, não deixando de lado a história, fazendo mais a parte histórica, e também abordando temas importantes como a ética, a política, etc... Não consigo adotar um livro didático, não. Eu uso muito o “Filosando”. Eu tenho mais ou menos preparado, na cabeça... depois de tantos anos...eu procuro sempre estar trazendo uma coisa nova. Agora estava dando uma olhada no “Convite à Filosofia” da Marilena Chauí, achei muito bom.

É importante salientar que os 7 professores entrevistados pela pesquisadora, todos são licenciados em filosofia.

Embora eu não pretenda fazer um análise detalhada das respostas é interessante destacar alguns elementos que nos servem aqui como pano de fundo para uma reflexão mais ampla:

- 1) Há em todos os depoimentos uma preocupação em fazer o aluno conhecer a história da filosofia;
- 2) O programa de curso é, geralmente, marcado por capítulos de livros didáticos, embora os professores não os adotem;

- 3) O que determina a escolha dos livros didáticos ou demais recursos utilizados não é a concepção de filosofia do autor ou os problemas que os textos apresentam, mas a presença de elementos que permitam uma certa aproximação do aluno dos temas a serem abordados: música, poemas, artigos de jornal e indicação de filmes;
- 4) Não há nenhuma preocupação em aproximar o aluno do texto filosófico ou da leitura filosófica de textos narrativos. A dificuldade de leitura dos alunos leva o professor a intercalar aulas expositivas que inferimos serem referentes a apresentação da história da filosofia, com aulas onde é possível discutir alguns temas capazes de mobilizar os alunos.

Podemos, também, de certa forma afirmar que há uma ruptura entre o conteúdo e a forma. O conteúdo contido na tradição filosófica é tratado em aulas expositivas e forma crítica da reflexão é vivenciada em debates onde o aluno pode pensar e emitir opiniões, embora caiba ao professor “abrir a cabeça” do aluno para que este possa desvencilhar-se das respostas prontas e do senso comum. Embora não queria fazer julgamentos precipitados pareceu-se que as entrevistas com os professores mantêm algumas similaridades no que se refere a forma de entender a filosofia. Apontarei aqui duas:

- 1) A crença que, num universo fragmentado, a filosofia enquanto atividade totalizadora, exposta em uma espécie de “epopéia do pensamento”, poderia auxiliar os alunos na busca da verdadeira sabedoria. A explicação do que é a filosofia se faz, na maioria das vezes, pela narração da grande aventura dos grandes heróis do pensamento. Cabe ao professor contar essa história em aulas expositivas, de forma linear ou não, na maioria das vezes com o auxílio do livro didático;
- 2) A compreensão da filosofia como atividade crítica e questionadora, capaz de fazer o aluno pensar com autonomia. A filosofia indicaria a necessidade de um trabalho de abstração e análise e, se não é possível acompanhar a abstração do texto filosófico, é possível tratar as questões polêmicas (sexo, aborto, drogas) de forma crítica.

A afirmação de Walter Benjamin que a narrativa estaria se definindo pois a sabedoria(o lado épico da verdade) estaria em extinção nos conduz ao questionamento da verdade como patrimônio da tradição (seja da experiência vivida ou tradição filosófica). As transformações tecnológicas transformam nossa vida de forma abrupta e pessoal. Não seria mais possível aconselhar. Ora, se admitimos com Benjamin que o conselho extraído da experiência vivida nos parece antiquado, o que dizer do “conselho” extraído da tradição filosófica que se apresenta de forma enigmática aos alunos? O que dizer quando esta tradição é apresentada com uma narrativa historiográfica de idéias e pensamentos contada pelo professor de filosofia?

Mesmo admitindo inúmeras respostas às dúvidas colocadas na história da filosofia, considerando-a como uma atividade distante de respostas prontas, o professor não crê na possibilidade da própria filosofia se perder e crê que na filosofia reside a promessa da sabedoria.

Neste contexto seria pertinente, dada as dificuldades do professor trabalhar com o texto filosófico, nos perguntarmos o que efetivamente caracteriza um texto como filosófico e quais as possibilidades da narrativa.

Do filosófico ao literário- fronteiras e possibilidades

O Rei fartou-se de reinar sozinho e decidiu partilhar o poder com a Opinião Pública.

- Chamem a Opinião Pública – ordenou aos serviços

Eles percorreram as praças da cidade e não a encontraram. Havia muito que a opinião deixara de frequentar os lugares públicos. Recolhera-se ao beco sem saída, onde furtivamente, abria só um olho, isso mesmo lá de vez em quando.

Descoberta, afinal, depois de muitas buscas, ela consentiu em comparecer ao Palácio Real, onde sua Majestade, acariciando-lhe docemente o queixo, lhe disse:

- Preciso de ti.

A Opinião muda como entrara, muda se conservou. Perdera o uso da palavra ou preferia não exercitá-la. O rei insistia, oferecendo-lhe sequeiros e perguntando o que ela pensava disso e daquilo, se acreditava em discos voadores, horóscopos, correção monetária, essas coisas. E outras. A Opinião Pública abanava a cabeça: Não tinha opinião.

- Vou te obrigar a ter opinião – disse o Rei, zangado. – Meus especialistas te dirão o que deves pensar e manifestar. Não posso mais reinar sem teu concurso. Instruída devidamente sobre todas as matérias, e tendo assimilado o que é preciso achar sobre cada uma em particular e sobre a problemática geral, tu me serás indispensável.

E virando-se para os serviços:

- Levem esta senhora para o curso intensivo de Conceitos Oficiais. E que ela só volte aqui depois de decorar bem as apostilas. (DRUMMOND, 1985)

Quando nos perguntamos o que é literatura ou mesmo o que é filosofia tendemos a afirmar que o campo da racionalidade e dos sistemas explicativos seria o campo da filosofia e o espaço das emoções e dos afetos seria o campo da arte e da literatura, capaz de nos arrebatar. Aqui convém questionar: Estariam as relações entre filosofia e literatura marcadas com certezas claras e distintas, como no cogito cartesiano? O que, então, caracteriza o texto filosófico?

Essa caracterização não é simples porque esbarra na caracterização da própria filosofia. Alguns referenciais para traçar essa distinção podem ser encontrados nas obras de G.G Granger e Frederick Cossutta. Para esses pensadores a especificidade do texto filosófico seria a construção de um universo de significação que tem sua raiz na experiência vivida, mas se desloca da mesma através de conceitos. Enquanto o artista cria significações e nos faz vivê-las, o filósofo transpõe o vivido em termos de abstrações conceituais.

Independentemente dos mecanismos de construção de um texto filosófico, seja por meio de uma cadeia dedutivas de argumentação ou por estilizações subjetivas e metafóricas, o que nos permite identificar um texto como filosófico é a possibilidade da construção e reconstrução dos conceitos. No universo conceitual

estaria a instância mediadora do vivido e do pensado, do particular e do universal, do concreto e do abstrato que permite ao filósofo deslocar, atribuir sentidos, destruir e construir significações.

A elaboração dos conceitos no interior do texto filosófico permite-nos distinguir filosofia e literatura. Na literatura temos a suspensão dos referenciais do vivido e a substituição destas referências do discurso descritivo por um equivalente ficcional. A filosofia, através do conceito, propõe a reconstrução desse discurso e não simplesmente sua suspensão e substituição. Exatamente por isso, Granger alerta para o perigo do uso de metáforas na construção do texto filosófico, pois o uso excessivo da imagem interrompe a exposição abstrata e a substitui por um equivalente concreto, a metáfora alude às imagens que podem ser compreendidas sem exatidão, a situação poética poderia ser um problema para o rigor filosófico e, conseqüentemente, para os mecanismos da demonstração filosófica necessários para a reconstrução do vivido.

De forma geral, poderíamos considerar os conceitos como pontos de vista sob o qual a experiência se organiza e podem ser entendidos como feixes de explicação para as experiências, sendo assim é preciso admitir que os conceitos só podem ser criados a partir das referências vividas na experiência. Por outro lado, tais ponto de vista podem ser desligados de sua relação referencial e considerados em si. O conceito, neste caso, torna-se reflexivo, torna-se auto-referente. No texto sistemático – entendido por hora como texto filosófico- os conceitos reflexivos servem reciprocamente para a organização dos esquemas de organização da experiência. Se a filosofia ganha em rigor, paga o preço de uma abstração capaz de distanciar o conceito de seu campo referencial de experiência.

Mas seria possível admitir um universo conceitual num texto de ficção? Exatamente por substituir as referências do discurso descritivo por “pseudo-referências”, o texto literário supõe uma maleabilidade em relação aos conceitos. Apresenta-se, desta forma, possibilidades de uso de conceitos e, com isso, possibilidades de diferentes esquemas para a organização da experiência. O real e a ficção se estreitam, a unidade da ficção não é a unidade de uma consistência sistemática, mas sim uma unidade que se configura como equivalente de uma experiência. Essa unidade pode subverter os esquemas da realidade em camadas sobrepostas no texto literário. Aqui seria preciso um esforço de leitura para o encontro com essas camadas.

A literatura pode não somente apresentar conceitos, mas também problematizar conceitos e representar condensações pré-conceituais. No texto literário é possível encontrar a tematização de experiências pré-conceituais e se abrir ao universo de problematização e criação de conceitos. Talvez por esse motivo, a filosofia quando duvida da validade dos grandes sistemas explicativos se aproxima da literatura. Vemos esse exemplo em Voltaire.

Ora, se admitirmos com Voltaire que a filosofia é livro a ser escrito, o que supõe uma atividade criadora e criativa, a literatura teria muito a ensinar à filosofia e poderia apontar caminhos para seu ensino. Considerando o caráter introdutório da filosofia no Ensino, o discurso narrativo poderia se configurar com uma ponte entre a realidade e o conceito e se abrir ao processo de criação de conceitos. Neste sentido é preciso aprender com Carlos Drummond de Andrade, para não correremos o risco de transformar as salas de aulas de filosofia em “Palácios do Rei”.

Para finalizar recorro a Walter Benjamin:

Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações (...) A informação só tem valor enquanto é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver. (...) por isso é ainda capaz de suscitar espanto e reflexão. Ela se assemelha a essas sementes de trigo que durante milhares de anos ficaram fechadas hermeticamente nas câmaras das pirâmides e que conservam até hoje suas forças germinativas. (BENJAMIN, 1985)

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Carlos Drummond de. A opinião em palácio. In: *Contos Plausíveis*. Ed. José Olympio, 1985.
- BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnologia. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: MEC, 1999.
- BENJAMIN, Walter. O narrador- Considerações sobre a obra de Leskov. In: *Obras Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, pp. 197 a 222.
- COSSUTTA, Frederic. *Elementos para a análise do texto filosófico*. São Paulo: Martins Fontes.
- GRANGER, Gilles Gaston. *Por um conhecimento filosófico*. Campinas- SP: Papyrus, 1989.
- LIMA, Luis Costa. (org). *A literatura e o leitor: textos de estética de recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LUKÁCS, Georg. *A teoria do Romance*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.
- MADDALENA, Maria Helena. *Lecionar Filosofia: uma prática em debate- Um estudo de caso do Ensino de Filosofia nas Escolas Estaduais de Ensino Médio de Mogi das Cruzes*.(Dissertação de mestrado em Filosofia da Educação). FEUSP- São Paulo, 2001.
- NASCIMENTO, Maria das Graças S. do. *Voltaire: A razão militante*. São Paulo: Ed. Moderna, 1993. – (Col. Logos).
- VOLTAIRE. Micrômetros- História Filosófica. IN: *Contos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

VITRINE

DIVULGUE:

PRIMEIRA VERSÃO
NA INTERNET

<http://www.unir.br/~primeira>

Consulte o site e leia os artigos publicados

*Deixo anotadas
todas as minhas faltas.
De amor e silêncio,
tensão e calma,
um pouco mais de matemática
e sal ao que a vida
me negou de sono.*

CARLOS MOREIRA